



### ATA Nº 023/2021

Aos 14 (quatorze) dias do mês de outubro de 2021, às 14h30min, realizou-se assembleia geral da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), tendo por local a Associação Comercial, Industrial e Serviços (Acisam), em Arroio do Meio. Os trabalhos foram coordenados pelo presidente Paulo Kohlrausch. Estiveram presentes os prefeitos e/ou representantes dos municípios de Arroio do Meio, Santa Clara do Sul, Taquari, Progresso, Teutônia, Encantado, Paverama, Fazenda Vilanova, Muçum, Colinas, Marques de Souza, Imigrante, Canudos do Vale, Bom Retiro do Sul e Pouso Novo; os vice-prefeitos de Cruzeiro do Sul e Estrela, e o assessor Jurídico de Arvorezinha. O presidente Paulo Kohlrausch deu início aos trabalhos saudando a todos e convidou para fazerem parte da Mesa Oficial a vice-prefeita de Arroio do Meio, Adriana Lermen, e o prefeito de Taquari, André Brito, 2º secretário da associação. Na continuidade colocou os assuntos que seriam discutidos na assembleia, como a regionalização do saneamento básico e a situação dos Microempreendedores Individuais (MEIs). Após, colocou a palavra à disposição da vice-prefeita de Arroio do Meio, Adriana Lermen, que saudou a todos, explicando que o prefeito Danilo Bruxel não poderia participar, num primeiro momento, pois havia se deslocado a Porto Alegre para assinatura do convênio com o Estado para pavimentação da estrada que liga o município a Capitão. “A força de uma entidade se mede pela participação de seus componentes, e isto se vê aqui. Acredito no trabalho em equipe e estamos aqui para trabalhar por nossas comunidades”, destacou Adriana. Em seguida, o presidente convidou para falarem sobre a regionalização do saneamento os especialistas na área, o doutor em Saneamento e Recursos Hídricos Tiago Luis Gomes e pelo engenheiro ambiental e especialista em Engenharia de Saneamento Michel Tieccher. Eles iniciaram sua explanação lembrando que o novo Marco Legal do Saneamento estabelece a universalização dos serviços de saneamento básico até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto. Diante de dúvidas quanto à regionalização, conforme propostas que estão em discussão e preveem a criação de Unidades Regionais no Estado, esclarecimentos foram prestados aos prefeitos. Eles alertaram sobre a necessidade de que os municípios tenham Plano de Saneamento até o ano que vem e ao fato de que aqueles que não aderirem aos blocos regionais serão impedidos de obter financiamentos públicos. Ressaltaram que os municípios, antes de qualquer decisão – de aderir ou não ao bloco – devem saber qual a estrutura que possuem e se terão condições de manter os sistemas sozinhos. “A lei diz que os sistemas (água e esgoto) devem ser economicamente sustentáveis”, frisaram. Também responderam a questionamentos dos prefeitos, como o fato de que as associações de água deveriam ficar sob a tutela dos municípios, que são os responsáveis tanto pelo abastecimento na zona urbana quanto rural. O presidente da Amvat, prefeito Paulo Kohlrausch, observou que os gestores devem seguir buscando informações sobre este processo. “Independente de



quem vai operar a estrutura de saneamento, a responsabilidade é dos municípios”, salientou o presidente, frisando que ainda deverão ocorrer novos debates sobre o tema. A situação das MEIs e os reflexos na arrecadação dos municípios foi apresentada pelo presidente da Aescon-VT, Daní José Petry, e pela presidente do Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade do Vale do Taquari (Sincovat), Noeli Kuhn. Petry citou projeto de lei que prevê o aumento do faturamento para as MEIs, até R\$ 130 mil anuais (hoje é de R\$ 81 mil) e a contratação de até dois funcionários, o que poderá levar empresas, hoje optantes pelo Simples Nacional, a migrarem para a modalidade MEI. Segundo ele, existem 20.007 MEIs ativas na região, e em muitos municípios o alvará anual de localização não é cobrado no primeiro ano, e em muitos esta cobrança não é feita, reduzindo a arrecadação das prefeituras. Citou, ainda, que 65,7% dos Microempreendedores Individuais estão em débito com a Receita Federal, conforme dados de junho/2021. A preocupação dos dirigentes é com os valores que os municípios e o governo federal deixam de arrecadar. Para exemplificar, Petry apresentou dados como, por exemplo, o fato de as MEIs realizarem o pagamento mensal de R\$ 60,00 e, deste valor, R\$ 55,00 serem destinados à Previdência Social. Já a empresa optante pelo Simples Nacional precisa realizar a contribuição de no mínimo R\$ 121,00 de INSS sobre o Pró-Labore. “Se supormos que as 11,2 milhões de MEIs pagassem a contribuição mensal de R\$ 55,00 para a Previdência, isso gera um montante mensal de R\$ 616.000.000,00. Se estas 11,2 milhões de empresas fossem optantes pelo Simples Nacional, a contribuição mensal seria de R\$ 121,00, gerando um montante mensal de R\$ 1.355.200.000,00”. Petru mencionou ainda, entre outros exemplos, que se for analisada a quantidade populacional estimada pelo IBGE em relação à quantidade de MEIs abertas, verifica-se uma quantidade de MEIs muito elevada em relação à população, questionando se, de fato, elas efetivamente operam da maneira como a legislação prevê. Para demonstrar citou Coqueiro Baixo – População estimada 1.490 habitantes / 111 MEI’s = 7,45%; Santa Clara do Sul - População estimada 6.755 habitantes / 436 MEI’s = 6,45% e Cruzeiro do Sul - População estimada 12.457 habitantes / 765 MEI’s = 6,45%. Diante das colocações, o presidente Paulo Kohlrausch, para dar encaminhamento ao assunto, informou que estas preocupações serão levadas às entidades representativas dos municípios em nível estadual (Famurs) e nacional (Confederação Nacional de Municípios). O presidente comunicou, ainda, a programação da Amvat até o final do ano: dia 5 de novembro, 14h, assembleia presencial em Estrela; dia 25 de novembro, evento alusivo aos 60 anos da Amvat em Encantado (à noite), e dia 28 de dezembro, assembleia final em Estrela, pela manhã, ocasião em que será eleita a diretoria da entidade para o ano de 2022. A assembleia contou ainda com a presença do presidente da Famurs, Eduardo Bonotto, e do coordenador geral da entidade, Salmo Dias de Oliveira. Eles falaram sobre as ações da Federação e os temas que têm sido acompanhados, entre os quais a regionalização do saneamento e a discussão de uma nova proposta, diferente da que foi apresentada pelo Governo do Estado. Conforme



Bonotto, os gestores devem estar atentos a este tema, que envolve também os contratos com a Corsan, cuja privatização foi aprovada. “Estamos na Famurs sem olhar para questões políticas, mas buscando convergir em prol de todos os municípios”, afirmou Bonotto, que falou sobre as ações de descentralização, o papel de órgão orientativo da entidade, a criação de Câmaras Temáticas, entre outras iniciativas da gestão. Terminadas as manifestações, o prefeito Danilo Bruxel, que havia retornado de Porto Alegre e conduziu a parte final dos trabalhos, agradeceu a presença de todos e encerrou a assembleia. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Prefeito Paulo Kohlrausch**  
**Presidente da AMVAT**